

*Mesmo sem ter concluído a primeira fase das reformas econômicas, o Brasil se depara com a urgência de mexer nas leis que regem os partidos e as eleições*

*videnciárias exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o recente encontro do presidente com seu adversário das últimas eleições Luis Inácio Lula da Silva. O que os analistas dizem é que não há como reformar um país sem alianças políticas amplas e costuradas com partidos fortes e disciplinados. Mais: sem leis que limitem a infidelidade aos programas partidários e a tentação ao clientelismo. Não se sabe quando um presidente brasileiro poderá contar com semelhante estrutura político-partidária. O encontro de Fernando Henrique com Lula — o presidente buscava apoio ou queria impressionar os aliados? — indica que ainda passaremos um bom tempo fazendo na marra reformas inspiradas pelo FMI e o Banco Mundial.*

Mais difícil — certamente problemático — seria negociar essa mesma medida dentro de um outro quadro partidário, com, digamos, um partido formalmente liberal, mas no fundo guiado por práticas clientelistas (em que o subsídio seria visto como forma de ajudar este ou aquele setor ou região), um partido nitidamente clientelista, um partido de esquerda favorável aos subsídios (mas tão dividido internamente, que não lhe permitisse negociar), um partido de centro-esquerda sem personalidade e várias pequenas agremiações cujos integrantes vivem apenas à caça de cargos e oportunidades de carrear verbas. Num ambiente assim, não é possível negociar pois não se tem nem idéia de quem pode assumir responsabilidades pela distribuição de perdas e ganhos. E a negociação fica muito mais dependente dos interesses pessoais ou de grupos específicos do que da situação da maioria das pessoas atingidas. (NO)